

de influência, chantagem e prejuízo ao erário. Seu depoimento está sendo aguardado com grande expectativa no Ministério público e no Congresso Nacional.

Mesmo com tantas denúncias envolvendo o seu nome, ainda tem a possibilidade de ganhar o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, que o governo pretende privatizar.

Diante de fatos de tamanha gravidade, a crise política ganha enormes proporções. Na verdade não estamos diante do superfaturamento de uma obra. Estamos diante de um grande esquema de corrupção que envolveu o desvio de recursos em outras 72 obras.

Esse saque de dinheiro público não é feito apenas para locupletar, enriquecer alguns bolsos ou bancos, tem algo mais forte por trás, o que a nação precisa saber. Esse dinheiro estava sendo roubado para estruturar alianças e financiar a manutenção do projeto político, econômico e social em curso.

Esse dinheiro teve e tem como destino a compra de votos no Congresso Nacional para a aprovação de várias matérias, inclusive a da reeleição do presidente, a intervenção no Judiciário, com a compra de representações desse Poder para obstruir sua dinâmica e produzir decisões que favoreçam os interesses do Planalto.

Como sempre, o governo tenta realizar a “Operação Abafa”. Essa tática foi imposta nos casos Sivam, da Pasta Cor de Rosa, Sistema Financeiro, TELEBRÁS. No entanto, vai ficando claro que o governo encontrará dificuldades cada vez maiores de realizá-la. Fernando Henrique e o governo jogam todas as fichas numa apuração restrita, limitada e sem poderes. Uma apuração longe da opinião pública, por debaixo do pano, da mesma forma como foram feitos todos os desvios agora descobertos.

Fernando Henrique manobra e articula-se com ACM e Jader Barbalho. Anuncia agrados às fatias dessas legendas dominadas por esses dois parlamentares.

Ora, essa manobra para evitar a CPI é primária e reveladora do extremo terror que o centro do Poder deste país tem por uma investigação mais rigorosa dos fatos. A sociedade não suporta mais tanta roubalheira e impunidade. Se o presidente é íntegro e não tem nada a ver com os escândalos, que aceite a CPI. Prove sua inocência. Caso permaneça nessa tática de obstrução, as suspeitas aumentam. Afinal, quem não deve não teme.

Com os trabalhos da CPI, o povo saberá diferenciar seus verdadeiros representantes, aqueles que lutam pelas suas demandas e sonhos. E também saberá rechaçar os que advogam a impunidade e se beneficiam da política atual e dos métodos condenáveis praticados pelo governo.

Já há razões para um processo de crime de responsabilidade, como o que realiza a OAB. Fernando Henrique interferiu no judiciário nomeando magistrados sob orientação do ex-juiz Nicolau para que esses dessem sentenças contrárias aos trabalhadores.

É preciso ir fundo. As investigações precisam chegar ao centro do poder. Fernando Henrique também precisa ser investigado. Eduardo Jorge servia a Fernando Henrique. Era seu articulador e principal assessor há mais de quinze anos. Sua sala ficava ao lado do gabinete presidencial. Tinha acesso irrestrito ao Presidente, portanto ninguém pode alegar desinformação. Andrea Calabi e Martus Tavares também se empenharam pessoalmente na liberação de recursos.

O Governo brande com o discurso fajuto da governabilidade para se safar das investigações. A sociedade está cansada de tanta roubalheira e negócios ilícitos. Governabilidade é uma coisa, impunidade é outra completamente diferente. CPI já! É o que o país exige.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, mais uma tragédia vem de se abater sobre o Estado de Pernambuco, e em especial sobre o Recife, Região Metropolitana e Zona da Mata, em decorrência das fortes chuvas que fustigaram vastas áreas rurais e sobretudo urbanas desde o dia 29 último.

A situação ainda é de calamidade, não apenas em consequência do recorrente fenômeno, mas também pela perspectiva de que as intensas precipitações pluviométricas, embora em grau bem menos dramático, voltem a ocorrer nos próximos dias ou mesmo semanas.

Isso vem exigindo a mobilização das autoridades do setor público, tanto em nível estadual quanto metropolitano, as quais têm desenvolvido esforços, junto às comunidades atingidas e a instituições não-governamentais e setores privados voluntariamente engajados às ações de socorro e solidariedade. O objetivo, como não poderia deixar de ser, é aliviar os efeitos devastadores das forças da natureza, mas também de buscar e apontar soluções mais efetivas para um problema que, na verdade, deita raízes

em séculos de impreviões, omissões e ações que contribuem decisivamente para as catástrofes hoje verificadas.

A questão suscita considerações que, à luz do bom senso, não se podem restringir à realidade atual.

Sob o aspecto eminentemente material ou estatístico, o que está ocorrendo em Pernambuco é a repetição, sem dúvida exagerada, de fenômenos já registrados, com fatídica inclemência, nas últimas décadas. Assim é que, desde o ano de 1964, sempre que as precipitações, acumuladas no período de um ano, superaram o índice de 2.500 milímetros, as cheias infernizaram a vida de pernambuco e particularmente do recifense. A tragédia atual seria, dessa forma, a décima primeira de uma série que teve início naquele período, hoje agravada pelas carências infra-estruturais de espaços urbanos superpovoados e desordenadamente ocupados.

Se as últimas chuvaradas concentraram-se num espaço de tempo reduzido, superando, em muitos aspectos, a média dos últimos quarenta anos, não seria possível esperar a ocorrência de outro quadro que não o que se verificou nos dias recentes.

Seria muito cômodo criticar e mesmo demonizar as atuais gestões municipais e mesmo a estadual, por conta de incúria e desmazelo na adoção de providências preventivas, máxima nas chamadas áreas de risco, assim entendidas principalmente as que se localizam nos morros, córregos e mangues que predominam na paisagem recifense e metropolitana.

Seria cômodo e irresponsável.

Isso porque, se atentarmos para a topografia de uma cidade como o Recife, cujo território se situa no nível do mar e mesmo abaixo deste, chegaremos à conclusão de sua vulnerabilidade a esse tipo de fenômeno.

Seria também cômodo e irresponsável criticar as administrações, porque elas, mesmo que de maneira insuficiente para o enfrentamento do problema, em toda sua dimensão, não têm deixado de adotar medidas sem as quais – aí sim – os números da tragédia seriam ainda mais desoladores.

É preciso levar em consideração a precariedade de recursos – financeiros, técnicos e humanos – para conter a onda de desafios climáticos que, intermitentemente, transformam em caos centros urbanos já de si mesmos acossados por deficiências de toda espécie, em particular as que têm a ver com as disfunções sociais que sobre eles exercem permanente pressão.

É preciso também considerar que o fenômeno não é apenas recifense, metropolitano ou pernambuco.

Praticamente todos os grandes núcleos urbanos brasileiros, sem falar nos de outros países, inclusive os do chamado Primeiro Mundo, conhecem de perto as devastações provocadas pela fúria das águas, sejam elas pluviais ou fluviais.

Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, apenas para mencionarmos algumas das nossas maiores conglomerações urbanas, registram, com frequência, ocorrências assemelhadas. E isso nos remete a um outro aspecto da questão, diretamente vinculado ao processo de urbanização em nosso País; processo este que vem privilegiando os centros citadinos, em detrimento dos espaços rurais ou das concentrações urbanas de pequeno e médio porte.

Sr. Presidente, no caso de Pernambuco, tal processo se fez ainda mais intensivo e temerário. Num período aproximado de três décadas, a população rural compunha cerca de 70% da demografia do Estado. Hoje, os termos da equação se acham invertidos: os 70% – ou mais – habitam os espaços citadinos, com predominância absoluta na Região Metropolitana, onde residem mais de 3 milhões de pessoas, de um total de menos de 8 milhões para todo o território do Estado.

Não por acaso, as maiores vítimas das recentes inundações vêm sendo as cidades mais densamente povoadas, a exemplo de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Camaragibe, que se limitam com a Capital, compondo um cinturão de carências estruturais a exigir ações públicas para as quais até mesmo a exigüidade de tempo físico concorre para agravar.

Assim é que, Sr. Presidente, para um território como o recifense, de reduzidos duzentos quilômetros quadrados, corresponde uma população que se aproxima de 1 milhão e 400 mil residentes físicos, enquanto as vizinhas citadas e igualmente atingidas apresentam níveis populacionais extravagantes, superando mesmo, como é o caso jaboatãoense, o patamar de meio milhão de habitantes.

São esses alguns dos aspectos que devem ser enfatizados no momento da tragédia que se faz amarga, antes de simplesmente se culpar os atuais e recentes administradores.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, é nosso dever moral registrar um outro processo ainda mais antigo de ocupação urbana, por igual conhecido da maioria das metrópoles brasileiras.

Nos últimos dois séculos, à medida que o País ia perdendo sua condição de “ eminentemente agrícola”, foi-se dando o deslocamento populacional, desenfre-

ado e atabalhado, para as áreas que se vieram a constituir em pólos industriais e terciários. Não houve planejamento e sistematização nesse fluxo migratório, que não se restringia às fronteiras de um mesmo Estado ou Região.

Foi nessa onda indiscriminada e turbulenta que uma cidade como o Recife, para repetir a expressão do sociólogo Gilberto Freyre, passou a “inchar”, em desrespeito aos padrões de ocupação correta do solo, aos primados de preservação ambiental, à salvaguarda dos requisitos ecológicos, demográficos, econômicos, sociais e de qualidade de vida.

Ainda particularizando o exemplo recifense, a Capital pernambucana se viu envolta em desafios cuja superação passou a exigir, cada vez mais dramaticamente, um conjunto de intervenções públicas para os quais se torna indispensável a participação, ou proporção adequada à magnitude das necessidades prementes e angustiantes, do Governo Federal.

E é aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, que chegamos ao fulcro deste pronunciamento. Desta tribuna lançamos veemente apelo ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Integração Nacional e aos demais setores administrativos federais vinculados diretamente à questão no sentido de que exercitem o dever patriótico e humano de atender os reclamos das comunidades pernambucanas.

Que se lance mão de instrumentos emergenciais e, ao mesmo tempo, de medidas de médio e longo prazos, a fim de que catástrofes como as atualmente sofridas pelo Estado e muitos dos seus municípios não se voltem a repetir, como uma fatalidade incontornável.

A presença hoje de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República em território pernambucano sinaliza uma conscientização que ainda mais fortalece este nosso apelo. Instituições de crédito, como a Caixa Econômica Federal, devem ser mobilizadas em socorro do Estado. Órgãos da administração direta federal, em sintonia com entidades estaduais e municipais de defesa civil, devem cumprir seu papel decisivo nesta hora difícil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. NILTON CAPIXABA** (Bloco/PTB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, no curso de minha vida, tanto nas lidas do campo quanto nas atividades do comércio do café, nunca fui homem de tirar férias, de fazer viagens de recreio, nunca fui um ocioso. Este ano, pela primeira vez, convivi na Câmara Federal com a figura do re-

cesso, das atividades parlamentares suspensas, das viagens às bases eleitorais mais demoradas.

Nada tenho contra a prática do recesso, que acho útil e necessário. Mas talvez por uma questão de ser um “novato”, de ser um parlamentar de primeiro mandato, preferi manter presença em meu gabinete durante todas as quatro semanas do mês julho, com as habituais viagens a Rondônia nos finais de semana.

Durante minha permanência em Brasília tive oportunidade de percorrer Ministérios, secretarias e autarquias, na busca de apoio a projetos, solicitações, e pude tomar conhecimento, pessoalmente, do andamento de pleitos por mim encaminhados. É que, no corre-corre do dia-a-dia, é um tanto difícil administrar o tempo e saber como dividir corretamente a participação no plenário, nos trabalhos das Comissões, nas audiências públicas.

No Ministério dos Transportes obtive compromisso de serem repassados 1 milhão e 500 mil reais para o recapeamento da BR-364 em diversos trechos: Mato Grosso–Ji-Paraná, Ariquemes–Porto Velho e Porto Velho–Vila Nova Califórnia. Na Eletronorte compromissaram a liberação de 44 milhões de reais para o projeto Luz no Campo. No Comando da Aeronáutica, Departamento de Projetos de Aeroportos, no Rio de Janeiro, assegurei 500 mil reais em recursos para o aeroporto de Cacoal. Junto ao Inbra, contando com o apoio do Superintendente, agrônomo Antônio Renato Rodrigues, ficou estabelecida a entrega de 2 mil documentos de acesso à terra em Rondônia.

Mas não restringi as minhas atividades às andanças nos gabinetes ministeriais, nas entrevistas com as autoridades do Planalto. Dediquei parte do tempo disponível a gravações para A Voz do Brasil. Tive oportunidade de gravar algumas notícias, que, elaboradas por minha assessoria, identificaram temas importantes e foram lançadas ao ar, chegando às casas dos rondonienses amigos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, o tema de maior importância e atualidade que abordei foi o da retenção do café. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por meio da Instrução Normativa nº 5, de 7 de julho, instituiu o Programa de Ordenamento da Oferta de Café no Mercado Internacional. A medida tem o respaldo do Plano de Retenção de Café, que foi assinado em 19 de maio de 2000 pelos países membros da Associação dos Países Produtores de Café – APPC, na forma do acordo promulgado pelo Decreto nº 2.020, de 2 de outubro de 1996.